

A reforma da PAC de 2003

A cultura do milho no novo
enquadramento da política Agrícola

4º Colóquio Nacional do Milho
17 Fev.2005 VFX - ANPROMIS

*Gabinete de Planeamento e Política
Agro-Alimentar – MAPF
Eduardo Diniz
M^a Luz Correia*

A reforma da PAC de 2003

A cultura do milho no novo enquadramento
da política Agrícola

1. REFORMA DA PAC 2003

- Antecedentes
- Objectivos
- Novas Medidas
- O Pagamento Único
- Principais decisões nacionais

2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

- Dados globais
- Avaliação económica sumária do impacto do RPU no sector do milho

1. REFORMA DA PAC DE 2003

1. REFORMA DA PAC DE 2003 Antecedentes

- **1957/8** Tratado de Roma (art. 35º) **Conferência de Stresa**
- **1962** “nascimento” da PAC (p. garantidos, FEOGA, OCM’s)
- **1971/72** Plano Mansholt (tentativa de redução excedentes)
- **1975** Introdução das IC’s
- **1984** quotas leiteiras (princípio condicionamento da produção)
- **1992** reforma Mac Sharry (apoio rendimento vs. Apoio ao mercado).
- **1994** Uruguay Round (inclusão da agricultura nas negociações multilaterais)
- **1999** Agenda 2000 (reduções de preços, compensações financeiras, envelopes nacionais, congelamento da despesa)
- **2003** Reforma Intercalar

1. REFORMA DA PAC DE 2003

ANTECEDENTES

Fonte: Política Agrícola Rural e Comum e a UE 2003

Custos das políticas agrícolas e rurais na UE
Peso no PIB e estrutura das fontes de financiamento (%)

	1966-67	1986-88	1999-2001
Custos totais / PIB	3,9	2,6	1,5
Custos totais:			
Consumidores	Aprox. 96	75	52
Orçamentais	Aprox. 4	25	48
FEOGA	Aprox. 1,5	Aprox. 20	36
EM	Aprox. 2,5	Aprox. 5	12

Peso do FEOGA no orçamento da UE

	1965	1970	1986	2001
FEOGA / Despesa UE (%)	8,5	88,5	63,9	49,2

1. REFORMA DA PAC 2003

OBJECTIVOS

- **COMPETITIVIDADE:** maior orientação para o mercado, com menor protecção face ao exterior e maior liberdade de produção para os agricultores;
- **APOIO AO RENDIMENTO:** salvaguarda e estabilização dos rendimentos dos agricultores;
- **SUSTENTABILIDADE/LEGITIMIDADE:** integração das preocupações do consumidor (qualidade e segurança dos alimentos) e da protecção dos recursos naturais (serviços agrícolas e preservação do ambiente);
- **REFORÇO DESENVOLVIMENTO RURAL** maior dotação financeira e alargamento do âmbito das medidas;
- **SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA:** gestão mais simplificada e descentralizada das políticas.

1. REFORMA DA PAC 2003

NOVAS MEDIDAS (Reg.1782/2003)

1. **Pagamento Único por exploração**

- Uma mudança radical na PAC: desligamento dos pagamentos directos.

2. **Condicionalidade!** Aconselhamento Agrícola ▶

- Integração preocupações ambientais e de segurança alimentar.

3. **Modulação dos pagamentos directos.** ▶

- Introdução de um instrumento redistributivo entre pilares e entre EM.

4. **Ajudas Específicas** ▶

- Uma extensa e progressiva modificação das Organizações Comuns de Mercado

5. **Reforço do desenvolvimento rural**

- Novas medidas melhoria qualidade, ambiente, segurança alimentar e bem-estar animal

6. **Disciplina financeira**

- Congelamento dos envelopes nacionais e redução progressiva do orçamento da PAC.

1. REFORMA DA PAC 2003

■ **Composta por 7 regulamentos base:**

- Regulamento horizontal (Reg. 1782/03);
- OCM Cereais (Reg. 1784/03);
- OCM Arroz (Reg. 1785/03);
- OCM Forragens Secas (1786/03);
- OCM Leite (Reg. 1787/03);
- Quotas Leiteiras (Reg. 1788/03);
- Desenvolvimento Rural (Reg. 1783/03)

- **Legislação do Conselho**
- **Reg. (CE) nº1782/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da Política Agrícola Comum e institui determinados regimes de apoio específicos, com as alterações que lhe foram dadas pelos:
- **Reg. (CE) nº21/2004** do Conselho, de 17 de Dezembro de 2003, que estabelece um sistema de identificação e registo de ovinos e caprinos e que altera o Reg. (CE) nº1782/2003 e as Directivas 92/102/CE e 64/432/CEE.
- **Reg. (CE) nº583/2004** do Conselho, de 22 de Março, que altera o Reg. (CE) nº1782/2003, o Reg. (CE) nº1786/2003 e o Reg. (CE) nº1257/99, em virtude da adesão dos dez novos EMs.
- **Decisão (CE) nº281/2004** do Conselho, de 22 de Março, que adapta os Actos de Adesão dos dez novos Estados membros em função da reforma da Política Agrícola Comum.
- **Reg. (CE) nº864/2004** do Conselho, de 29 de Abril, que altera o Reg. (CE) nº1782/2003, nomeadamente ao incluir o sector do azeite, e o adapta em função da adesão dos dez novos EMs.
- **Reg. (CE) nº1783/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que altera o Reg. (CE) nº1257/99, relativo ao apoio do **FEOGA** ao Desenvolvimento Rural.
- **Reg. (CE) nº1784/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece a OCM no sector dos **Cereais**.
- **Reg. (CE) nº1785/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece a OCM no sector do **Arroz**.
- **Reg. (CE) nº1786/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece a OCM no sector das **Forragens Secas**.
- **Reg. (CE) nº1787/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que altera o Reg. (CE) nº1255/1999, que estabelece a OCM no sector do **Leite e dos Produtos Lácteos**.
- **Reg. (CE) nº1788/2003** do Conselho, de 29 de Setembro, que estabelece o regime das **Quotas Leiteiras**.
- **Legislação da Comissão**
- **Reg. (CE) nº2232/2003** da Comissão, de 23 de Dezembro, que estabelece normas de execução de determinados regimes de apoio previstos no Reg. (CE) nº1782/2003, do Conselho.
- **Reg. (CE) nº795/2004** da Comissão, de 21 de Abril, que estabelece normas de execução do o regime de pagamento único previsto no Reg. (CE) nº1782/2003, do Conselho.
- **Reg. (CE) nº796/2004** da Comissão, de 21 de Abril, que estabelece regras de execução relativas à condicionalidade, à modulação e ao SIOG previstos no Reg. (CE) nº1782/2003, do Conselho.
- **Reg. (CE) nº1973/2004** da Comissão, de 29 de Outubro, que estabelece normas de execução do Reg. (CE) nº1782/2003 do Conselho relativamente aos regimes de apoio previstos nos seus títulos IV e IVA e à utilização de terras retiradas para a produção de matérias-primas.
- **Reg. (CE) nº1974/2004** da Comissão, de 29 de Outubro, que altera o Reg. (CE) nº795/2004.
- **Legislação Nacional Complementar**
- **Despacho-Normativo nº32/2004**, de 20 de Julho, que estabelece o calendário e as modalidades de implementação do regime de pagamento único em Portugal.
- **Despacho-Normativo nº33/2004**, de 20 de Julho, que altera o Despacho Normativo nº 37/2002 de 1 de Julho relativo aos pagamentos complementares aos produtores de ovinos e caprinos, devido à introdução do regime de pagamento único em Portugal.
- **Despacho-Normativo nº35/2004**, de 27 de Julho, que estabelece as regras complementares nacionais para a atribuição do prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares.
- **Despacho-Normativo nº42/2004**, que estabelece o método de cálculo do montante de referência e do número de direitos ao pagamento único a atribuir aos agricultores candidatos à reserva nacional e fixa critérios de rectificação dos montantes e direitos a atribuir aos agricultores que tenham assumido compromissos agro-ambientais.
- **Despacho-Normativo nº15/2004**, de 20 de Março, que estabelece regras relativas ao sector dos frutos de casca rija.
- **Despacho-Normativo nº16/2004**, de 20 de Março, que define os requisitos para a concessão do prémio específico à qualidade para o trigo duro, do prémio específico para o arroz e do prémio às proteaginosas.
- **Despacho-Normativo nº18/2004**, de 5 de Abril, que estabelece as regras complementares nacionais relativas à ajuda a atribuir às culturas energéticas.
- **Portaria nº 1202/2004** de 17 de Setembro que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, previsto no título III do Regulamento (CE) nº 1782/2003, do Conselho de 29 de Setembro, bem como nos Regulamentos (CE) nº 795/2004 e 796/2004, ambos da Comissão de 21 de Abril.

2. REFORMA DA PAC 2003

PAGAMENTO ÚNICO

- **Princípios base para a escolha do modelo a aplicar em Portugal (Desp. Norm. n.º 32/2004 e Port. 1202/2004):**
 - reorientação produtiva e não redistribuição financeira (modelo histórico)
 - evitar o abandono da produção que poderia resultar dum desligamento integral das ajudas da produção (desligamento parcial)
 - Opção de primeiro ano (2005) de aplicação como forma de mais rápida adaptação
 - contornar a rigidez do regime em termos de opções culturais (liberdade de uso e transferência de direitos)

2. REFORMA DA PAC 2003

PAGAMENTO ÚNICO (Reg.(CE)nº 1782/2003 do Conselho)

■ Pagamento Único (regimes abrangidos e entrada em vigor):

■ <i>Culturas Arvenses</i>	}	2005
■ Arroz		
■ Leguminosas p/ grão		
■ Forragens Secas		
■ Carne bovino		
■ Ovinos e caprinos		
■ Lúpulo		
■ Azeite	}	2006
■ Algodão		
■ Tabaco		
■ Leite	}	2007

2. REFORMA DA PAC 2003

PAGAMENTO ÚNICO

■ Implementação parcial

- Bovinos :
 - 100% vacas aleitantes (*ajuda ligada de 224,15€/cab*)
 - 100% abate vitelos (*ajuda ligada de 50 €/cab*)
 - 40% abate bovinos adultos(*ajuda ligada de 32 €/cab*)
- Ovinos e caprinos:
 - 50% do prémio por ovelha e cabra(*ajuda ligada de 10,5 ou 8,4€/cab*)
 - 50% do prémio complementar ZD (*ajuda ligada de 3,5 €/cab*)
- Apoio a tipos específicos de agricultura e produção *de* qualidade: retenção de 1%
- Exclusões: RAA e RAM, e sector das sementes.

1. REFORMA DA PAC 2003

PAGAMENTO ÚNICO

- As ajudas pagas aos agricultores são transformadas numa ajuda à superfície cujo valor/ha é igual à média anual das ajudas recebidas no período de referência, a dividir pela superfície declarada.
- **Período de referência:** anos civis de 2000, 2001 e 2002
- Estas superfícies podem ser usadas para fins não produtivos (manutenção em BCAA).
- hectares podem ser utilizados para qualquer actividade agrícola excepto para culturas permanentes e para a produção de frutas, hortícolas e batata.

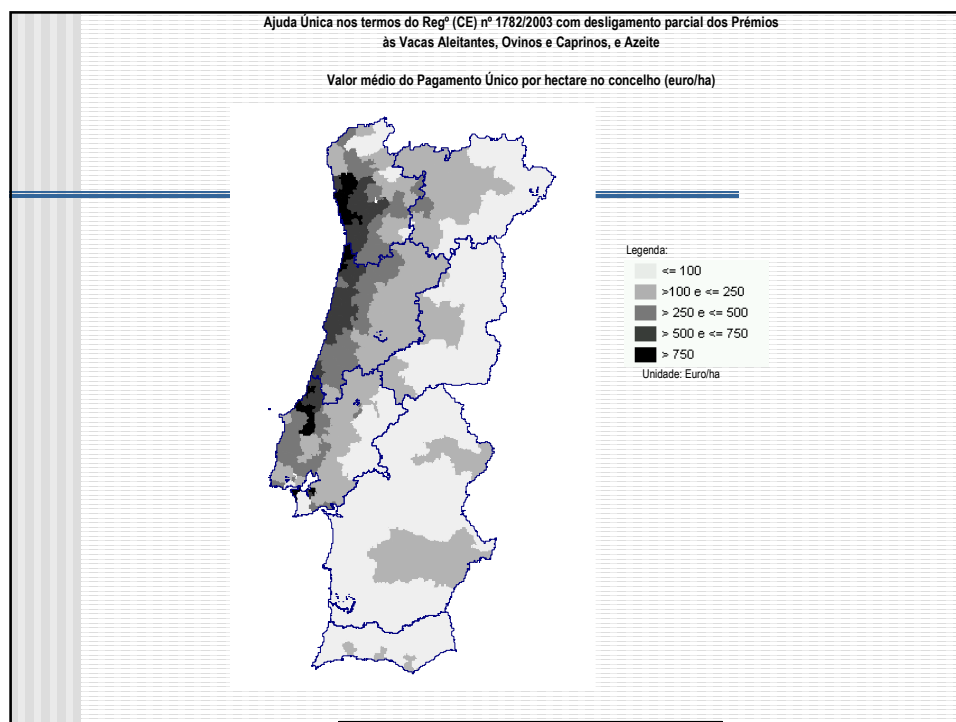
1. REFORMA DA PAC 2003

PAGAMENTO ÚNICO

□ Elegibilidade:

- agricultores que mantenham actividade agrícola;
- Tenham beneficiado no **período de referência** (2000 a 2002) de um **pagamento directo** a título de **pelo menos um** dos regimes de apoio atrás referidos;
- Tenham recebido a exploração ou parte desta, por herança ou herança antecipada, de um agricultor elegível;
- Tenham recebido um direito a pagamento a título da reserva nacional ou por transferência

Outras situações: Utilizações (retiradas)/transferências/pedidos fora e dentro da RN/condições das parcelas/direitos especiais/rectificação de valor de direitos...

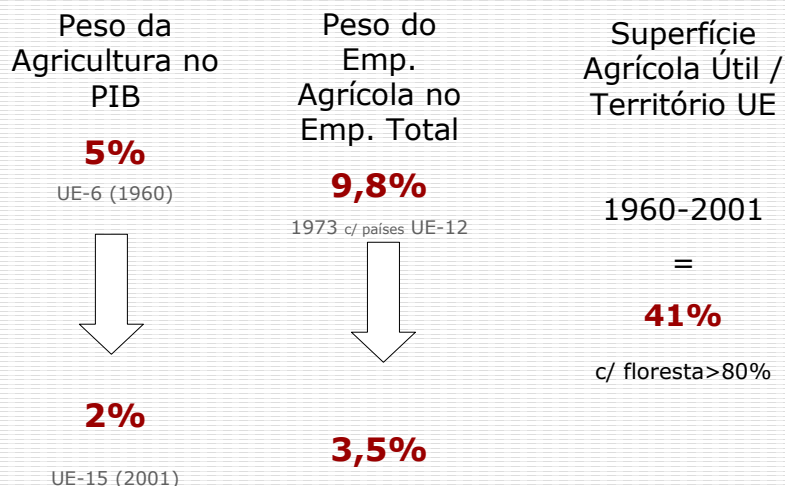


2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

DADOS ESTATÍSTICOS

Fonte: Política Agrícola Rural e Comum e a UE 2003



2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Síntese das principais perspectivas de evolução da PAC

- Crescente integração das questões de gestão do espaço/ recursos naturais – **Territorialização da PAC** (Condicionalidade - Nova arquitectura dos recursos financeiros 2007-2013).
- “Simplificação” dos regimes de ajudas da PAC mas **c/congelamento das disponibilidades financeiras** (posições defensivas dos principais EM beneficiários)
- **Manutenção dos níveis de rendimento acompanhada de re-equilíbrio do mercado interno** (difer. entre EM). **Reduções de produção** compensadas por aumentos de preços. (Baixa ligeira dos preços internos dos cereais e carne seguidos de aumentos, particularmente carne de bovino). Aumento ligeiro dos preços no mercado mundial;
- **Progressiva des-intensificação dos processos produtivos.** Favorecimento da produção extensiva (de qualidade), particularmente no sector animal, –mas acompanhado de **risco de abandono**.
- **Redução dos mecanismos de intervenção** das OCM a níveis de “Rede de Segurança” – com possíveis criação de acréscimos/excedentes pontuais de oferta.
- **Redução das Medidas distorcem mercado mundial** (aprofundamento da Cx. Verde. Posição ofensiva na OMC - agenda de Doha);

2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Síntese das principais perspectivas de evolução da PAC

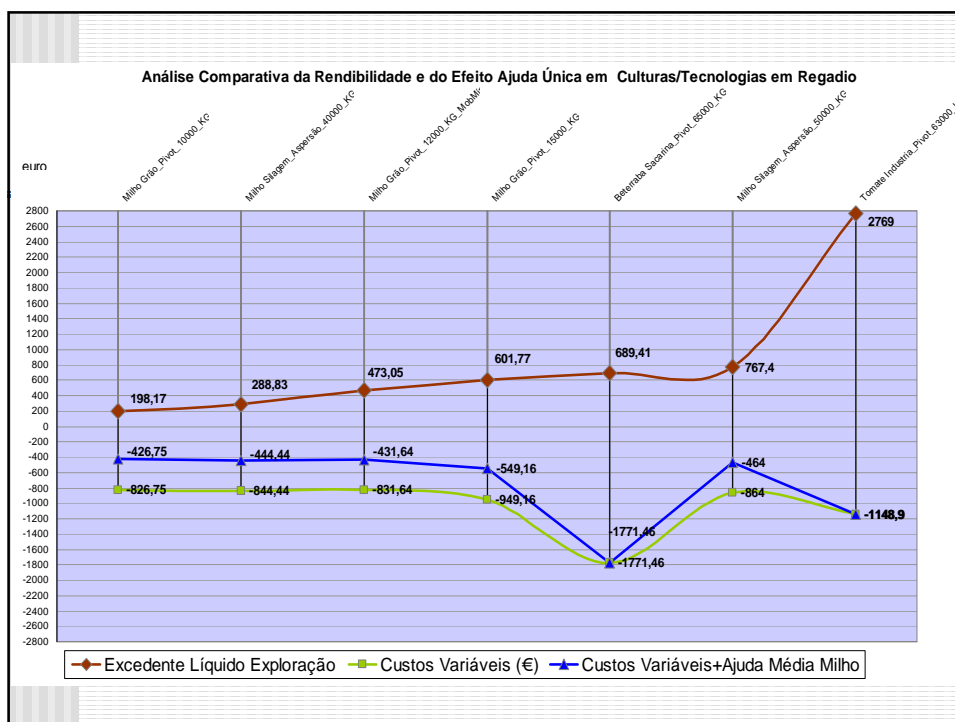
- **SUSTENTABILIDADE/LEGITIMIDADE:** objectivação de serviços prestados pelos agricultores à sociedade ao nível das preocupações do consumidor na segurança dos alimentos e da protecção dos recursos naturais;
- **FACTOR INDUTOR DE PROTECÇÃO DE FRONTEIRA** maiores exigências internas implicam custos superiores aos produtores do mercado interno;
- **REFERENCIAL PARA APOIOS CONTRATUALIZADOS** a existência de um referencial de "requisitos e normas mínimos" facilita a concepção de exigências/compromissos-extra a contratar com os agricultores;
- **MAIOR TRANSPARÊNCIA** Uniformização dos requisitos mínimos como condição para estar na actividade. Quadro comum de indicadores para os organismos de controlo.

2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

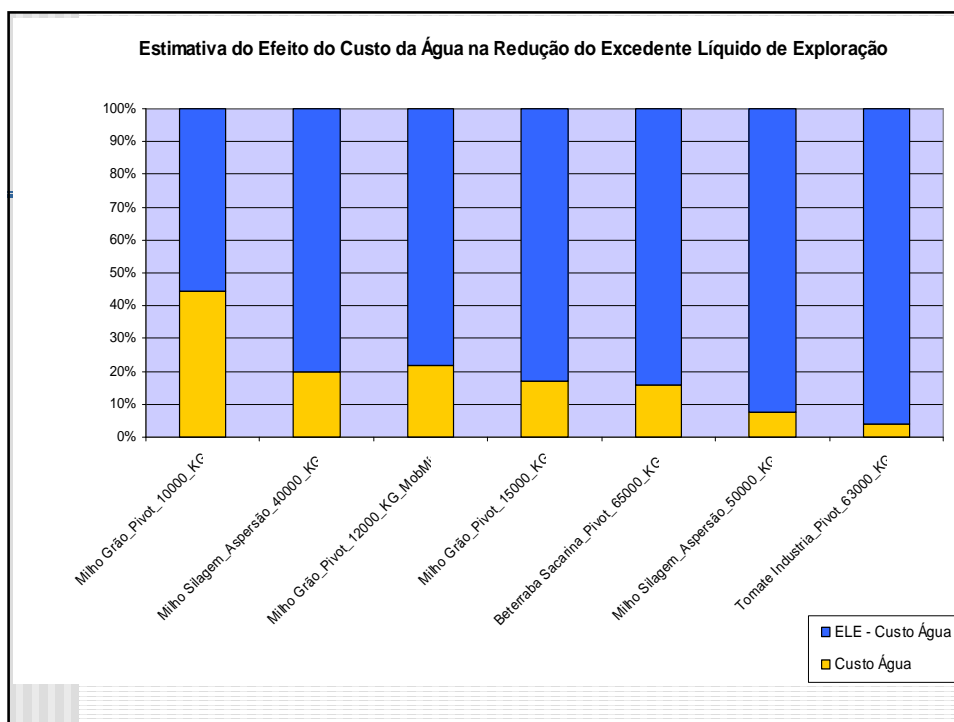
Avaliação económica sumária do impacto do RPU no sector do milho

Contas Seleccionadas

DescTEC	Cultura	Mobilização	Tipo Rega	Consumo Água (m3)	Produtividade (Kg)
Milho Grão_Pivot_10000_KG	Milho Grão	Tradicional	Pivot	4500	10000
Milho Silagem_Apersão_40000_KG	Milho Silagem	Tradicional	Aspersão	2400	40000
Milho Grão_Pivot_12000_KG_MobMín	Milho Grão	Mínima	Pivot	5500	12000
Milho Grão_Pivot_15000_KG	Milho Grão	Tradicional	Pivot	5500	15000
Beterraba Sacarina_Pivot_65000_KG	Beterraba Sacarina	Tradicional	Pivot	6000	65000
Milho Silagem_Apersão_50000_KG	Milho Silagem	Tradicional	Aspersão	2400	50000
Tomate Industria_Pivot_63000_KG	Tomate Industria	Tradicional	Pivot	6000	63000



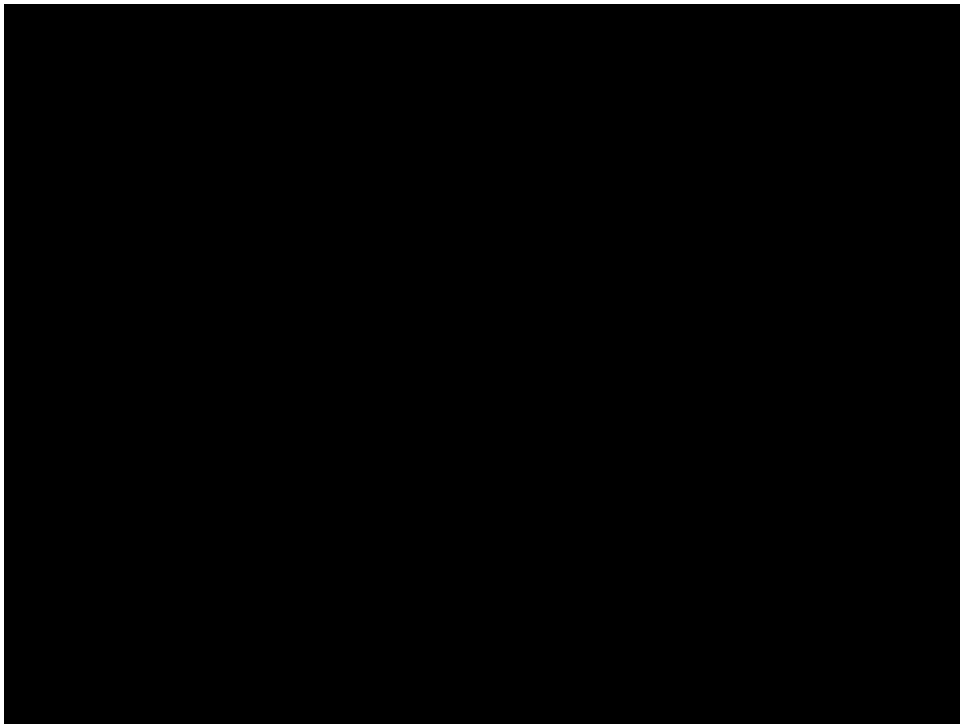
Limiares de Área Cultivada necessários para o Excedente Líquido de Exploração igualar o Salário Mínimo e Médio Nacional		
Culturas/Tecnologias	Limiar de Área(ha) para Remuneração do Empresário pelo Salário Mínimo Nacional	Limiar da Área (ha) para Remuneração do Empresário pelo Salário Médio Nacional
Milho Grão_Pivot_10000_KG	26,47	52,98
Milho Silagem_Apersão_40000_KG	18,16	36,35
Milho Grão_Pivot_12000_KG_MobMin	11,09	22,20
Milho Grão_Pivot_15000_KG	8,72	17,45
Beterraba Sacarina_Pivot_65000_KG	7,61	15,23
Milho Silagem_Apersão_50000_KG	6,84	13,68
Tomate Industria_Pivot_63000_KG	1,89	3,79
Ajuda Média Milho Regadio	13,11	26,25



2. IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Síntese das principais perspectivas de evolução da PAC no sector milho

- Redução do risco por via do RPU poderá incentivar opções por variedades com menor rendimento podendo, no limite levar, a que milho produzido com tecnologias de baixa produtividade sejam retirados da produção
- Entrada de novos produtores é possível para explorações independentemente de apoio directo.
- Estrutura de custos: Preço da água/rega poderá tornar-se, em algumas áreas, decisivo para a viabilidade da cultura – Ciclo curto vs longo? Genética vs. diferenciação?
- A nível da UE é expectável redução ligeira da área, produção (-2,1% em 2010), consumo e exportação de milho fundamentalmente devido a redução (extensificação) da produção de carne de bovino.



2. REFORMA DA PAC 2003 CONDICIONALIDADE

Domínios de Aplicação da Condicionalidade

- AMBIENTE,
 - SAÚDE PÚBLICA, SAÚDE ANIMAL e FITOSSANIDADE
 - BEM ESTAR ANIMAL,
 - BOAS CONDIÇÕES AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS
- 15 Directivas e 3 Regulamentos que decorrem de legislação comunitária existente



2. REFORMA DA PAC 2003

MODULAÇÃO

Parte da componente da ajuda directa é retida para reforço do orçamento do Desenvolvimento Rural

- 3% em 2005; 4% em 2006; 5% 2007 em diante

CONTUDO: agricultores que recebam menos de 5.000 €/ano, e RAA na sua totalidade, estão isentos



2. REFORMA DA PAC 2003

Ajudas específicas

- **Prémio aos produtos lácteos:** atinge o máximo em 2006: **35 € /ton** (prémio base + pagamentos complementares) Em 2007 integrado no pagamento único;
- **Prémio à qualidade trigo duro:** **40 €/ha**
- **Prémio às proteaginosas:** **55,57 €/ha**
- **Ajuda específica para o arroz:** **453,75 €/ha** de 2005/06 em diante (o remanescente é integrado no pagamento único = 617,10 €/ha)
- **Ajuda às culturas energéticas:** **45 €/ha** concedidos para produção de culturas com vista à produção de biocombustíveis e biomassa para produção de energia eléctrica e térmica;
- **Pagamento aos frutos de casca rija:** Abrange amêndoas, avelãs, nozes, pistácios e alfarroba valor unitário **120,75 €/ha**; Portugal 41 300 ha

